

ANO I - EDIÇÃO Nº 49 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 23 de maio de 2016.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### DIRETORIA-GERAL

##### PORTARIA DG Nº 063/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto ao Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NIS, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010129514201641, em 18 de maio de 2016, da lavra do Exmo. Promotor de Justiça/Coordenador do NIS, Dr. Célio Sousa Rocha.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Luzia Souza de Abreu Campos, a partir do dia 19/05/2016, marcadas anteriormente de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013, assegurando-lhe o direito de usufruto dos 13 (treze) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 18 de maio de 2016.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 07/06/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 014/16, processo nº 2016/0701/00190, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESAFA - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPE/TO. O edital está disponível no sítio: [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br).

Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 050-IC/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados. PORTARIA Nº 040/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 4, da Lei 8.069/90 e artigo 127, 129, II, III, 205 e 214, da CF/88.

ORIGEM: Representação feita pelo Conselho Tutelar Polo I de Araguaína/TO.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a denúncia do suposto abandono intelectual e maus-tratos contra as adolescentes Ana Beatriz Barreira de Sousa, Raissa Barreira de Sousa e Andresilene Barreira de Sousa, na cidade de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 26 de abril de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 06/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados. PORTARIA Nº 052/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal; artigo 201, VIII e XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 170 do CONANDA.

ORIGEM: Instauração de Ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades na estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar de CARMOLÂNDIA - TO Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 16 de maio de 2016

### 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s). PORTARIA Nº.: 035/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º e 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0085

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos investigados, tipificados nos artigos 9º, 10 e 11, todos da Lei nº 8.429/92,

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procurador de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

consistente em suposta prática de ingressar no serviço público sem preencher os requisitos legais no Município de Palmas.

INVESTIGADO(S): eventuais servidores do Município de Palmas e Delfina Cecília de Almeida e Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de maio de 2016.

EDSON AZAMBUJA  
Promotor de Justiça

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 036/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º e 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0086

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos investigados, tipificados nos artigos 9º, 10 e 11, todos da Lei nº 8.429/92, consistente em suposta prática de enriquecimento ilícito por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, em decorrência da Srª Delfina Cecília Almeida e Silva, supostamente não comparecer diariamente ao seu local de trabalho na Prefeitura Municipal de Palmas, incorrendo na conduta conhecida por "servidor Fantasma".

INVESTIGADO(S): eventuais servidores do Município de Palmas e Delfina Cecília de Almeida e Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de maio de 2016.

EDSON AZAMBUJA  
Promotor de Justiça

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 037/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0087

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos investigados, tipificados nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei 8.429/92, consubstanciados em supostas ilegalidades perpetradas no processo de credenciamento da empresa O2 Vistoria Ambiental de Veículos Automotores Eirelli – EPP, CNPJ nº 23.893.057/0001-62.

INVESTIGADO(S): eventuais servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN e O2 Vistoria Ambiental de Veículos Automotores Eirelli - EPP.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de maio de 2016.

EDSON AZAMBUJA  
Promotor de Justiça

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 038/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0088

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a legalidade do procedimento licitatório e eventual contratação da empresa Engefoto Engenharia e

Aerolevanteamento S.A. pelo Município de Palmas para prestação de serviços de levantamento aerofotogramétrico pelo valor de R\$ 13.247.227,72 (treze milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos).  
 INVESTIGADO(S): eventuais servidores do Município de Palmas e Engefoto Engenharia e Aerolevanteamento S/A.  
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de maio de 2016.

EDSON AZAMBUJA  
 Promotor de Justiça

## 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência ao interessado LUIZ OTÁVIO FERREIRA do INDEFERIMENTO dos Procedimentos Administrativos nº 022/2006 (2015/4903), tendo em vista o certame investigado preencheu os requisitos legais. Informa que até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de maio de 2016.

ADRIANO NEVES  
 Promotor de Justiça

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI-TO

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 40/2015 em Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 20/2016

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: Constituição Federal (artigo 129, inciso III); Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 40/2015.  
 ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Saúde (10064) / Hospitais e outras Unidades de Saúde (11856).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual troca/erro de medicamento, ocasionando na morte da criança A.V.N.B, que estava internada no Hospital Materno de Gurupi-TO, no dia 19/11/2014.

REPRESENTANTE:

REPRESENTADO: Hospital Materno Infantil de Gurupi-TO.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 10 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 10/05/2017.

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 029/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 030/2016

INVESTIGANTE: Drª Jussara Barreira Silva Amorim - 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26,

inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 21/2016 – 9ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente / Seção Cível / Medidas de Proteção

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de vulnerabilidade da infante V. S. L. (09 anos de idade), a qual não respeita seus familiares, é desobediente, não está estudando, passa a noite fora de casa e alega que não quer morar com sua genitora. A Sr.ª Alaize dos Santos Lira, mãe da infante, não tem estrutura básica para manutenção dos filhos e todos residem no Município de Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi

ÁREA DE ATUAÇÃO: Normas Protetivas da Infância e Juventude

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 16 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 16/05/2017 (01 ano)

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 31/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 32/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 16/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Normas Protetivas da Infância e Juventude

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Abandono Intelectual; Abandono Material; Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e abandono sofrida pelos adolescentes M.M.S. (15 anos de idade) e A.M.S. (17 anos de idade), cuja genitora encontra-se reclusa por tráfico de drogas, o genitor desistiu de cuidar dos filhos e a tia paterna alega que a convivência com os sobrinhos ficou insustentável, no Município de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 16 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 16/05/2017 (01 ano)

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

### EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 02/2016;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92;

ORIGEM: Naturatins

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas práticas de crimes ambientais

INVESTIGADO: Diversos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 03 de maio de 2016.

Alvorada/TO, 12 de maio de 2016.

Cristina Seuser  
 Promotora de Justiça